Francisco Sant'Anna, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil participou no dia 21, em Curitiba, do 2º Congresso Pacto Pelo Brasil. Organizado pelo Observatório Social do Brasil (OSB), o evento acontece até o dia 23 e tem como objetivo trabalhar a temática "Integridade, Tecnologia e Governança".

Durante o evento, o presidente do Observatório Social do Brasil, Ney Ribas, falou sobre a abrangência do sistema OSB, que conta com mais de 130 organizações democráticas e apartidárias e com a participação de três mil voluntários em todo o País. Segundo ele, "a atuação do OSB, nos últimos cinco anos, já ajudou a economizar mais de R$3 bilhões aos cofres municipais", completou.

O Pacto Brasil é um produto do OSB, lançado em 2015, para firmar um compromisso, com diversas entidades públicas e privadas, com o objetivo de transformar o Brasil em uma região livre de corrupção.

Durante o encontro, novos acordos de cooperação técnica ao Pacto Brasil foram assinados com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e com as Potências Maçônicas do Estado do Paraná.

No combate à corrupção, incentivar o controle social tornou-se uma das principais metas da Classe Contábil e engajada nesta missão, representantes da profissão, estiveram presentes. Além de Francisco Sant'Anna, presidente do Ibracon, o conselheiro Pedro Gabril, representando o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda, também esteve presente no evento.

Ibracon e Observatório Social do Brasil

O Ibracon Nacional e o Observatório Social do Brasil (OSB) assinaram no mês de março de 2017, um termo de cooperação com o objetivo de aprimorar a qualidade da informação, o compartilhamento de conhecimento técnico e a realização de atividades conjuntas para promover mais transparência pública, prevenção à corrupção, eficiência da gestão, ética e integridade nas relações entre o público e o privado.

Adicionalmente, também contribuirá para a difusão de conceitos relevantes voltados para a atuação ética dos agentes públicos e ações de educação para a cidadania fiscal e o controle social.

Fonte: Ibracon, em 22.08.2018.